

nem condicionam o posterior julgamento, por este Tribunal, das contas dos administradores e demais jurisdicionados da Administração Pública Estadual, conforme dispõe o art. 116, inciso II, da Constituição Estadual;

Apresento meu VOTO nos seguintes termos:

1. Pela EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL, visto que o Balanço Geral do Estado representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial em 31 de dezembro de 2014, bem como o resultado das operações estão de acordo com os princípios de contabilidade aplicados ao setor público, razão pela qual as Contas do Poder Executivo referentes ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Pará, SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE, estão aptas de serem aprovadas, pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará;

2. Pela fixação do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação deste Parecer no Diário Oficial do Estado, para que o Poder Executivo encaminhe informações acerca das providências adotadas em relação às recomendações constantes do Relatório Técnico, subsidiando a plena fiscalização deste Tribunal de Contas mediante monitoramento;

3. Pela remessa dos presentes autos e do Parecer Prévio desta Corte de Contas, à Assembleia Legislativa do Estado do Pará até o dia 29 de maio de 2015, cumprindo o prazo constitucional. É o voto.

Belém, 25 de maio de 2015.

Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR
Relator

**ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº. 18.711
VOTAÇÃO**

Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves:

Bom dia a todos. Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Luis Cunha, prezado amigo, Doutor José Tostes Neto que representa nesta reunião ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Simão Jatene, e também aproveitar para em seu nome Senhor Secretário, cumprimentar todos os secretários de Estado, de todos os servidores do poder executivo que acompanham Vossa Excelência nesta reunião que é a mais importante reunião do Tribunal durante o ano, exatamente para a emissão do Parecer Prévio das contas do governo para serem encaminhadas à Assembleia Legislativa para aí sim, avaliação e aprovação das contas do poder legislativo. Conselheira Lourdes Lima, Eminente Conselheiro Cipriano Sabino, a quem cumprimento pelo comando da equipe de técnicos desta Casa na confecção deste brilhante Parecer que acabou de ser lido neste plenário, Senhor Conselheiro Odilon Teixeira, Conselheiros-Substitutos Julival, Doutora Milene, Ilustre Procurador-Geral de Contas, Doutor Antônio Maria Cavalcante, Procuradora Silaine, o Procurador Guilherme, Procurador Stephenson. Servidores da Casa, técnicos do Governo aqui presentes.

Quero dizer que, me colocando na posição do Eminente Doutor José Tostes, fico pensando Excelência, em reuniões como esta que provavelmente devem estar se repetindo em todos os estados do Brasil, para encaminhamento das contas respectivas, às suas Assembleias Legislativas. O trabalhoso, reconhecido e meritório desempenho de Vossa Excelência à frente da SEFA, modernizando o setor de arrecadação deste Estado, como estaria a situação de outros 19 representantes do governo em reuniões com o Tribunal de Contas com essa, com desequilíbrio, essa condição de se constatar a dificuldade que atravessa o nosso país.

Quero também registrar meu apreço, minha admiração, respeito pelo trabalho de Vossa Excelência, e dizer que o Pará não perde, embora momentaneamente possamos ter sentimento da perda de Vossa Excelência, que agora irá se radicar em Brasília, mas ocupando posto de enorme honra, que é Secretário do BID, instituição tão parceira, muitas vezes ao longo desses anos todos, até que poderia ser mais um pouco com o Governo do Estado no sentido de fomentação e do suporte financeiro para tantos serviços necessários para o nosso povo e para nossa sociedade. Acho que a presença de Vossa Excelência é uma garantia que o Estado do Pará, do Colegiado de todos aqueles que participam diariamente das contas públicas, dos diálogos com os bancos, inclusive internacionais, nós temos uma oportunidade rara de termos lá um conterrâneo, que vai postular pelas necessidades do nosso Estado, para que autoridades em outras esferas possam mais ser sensíveis com as nossas necessidades.

Desejo a Vossa Excelência o brilhantismo de sempre, costumeiro no seu desempenho e dizer que o Presidente Luis Cunha disse a Vossa Excelência que era o nosso desejo como não só meu, de todos, que Vossa Excelência nos viesse brindar com uma palestra no mês de agosto a respeito do sistema fazendário no Estado do Pará.

Haverá outro Secretário certamente, penso até que o Governador terá alguma dificuldade para escolher o seu substituto, mas independente do Secretário a ser convidado por esta Casa, Vossa Excelência estará sempre, permanentemente convidado para abrir uma janela na sua difícil agenda, que acredito que seja, para falar para nós.

No Supremo Tribunal Federal há uma regra de que o Ministro que inicia a fala é o mais novo. E nós aqui contrariamos, pois é o mais antigo quem começa, e como os mais antigos normalmente falam muito, estou me valendo da generosidade de Vossas Excelências e dos servidores, para me alongar um pouco, porque isso não é uma manifestação já oficial, que será posteriormente, mas pela simpatia, pela generosidade, pelo acolhimento desse Tribunal, aliás, o nosso Presidente tem esta característica fundamental de nos proporcionar, embora não seja uma reunião rotineira da nossa Casa, mas esse clima ameno e propício ao diálogo que eu acho que é enriquecedor.

Então eu já me alongo nesse sentido de dizer que Vossa Excelência estará a qualquer momento para falar para nós sobre o que será a possibilidade do Estado do Pará contar com financiamentos de instituições internacionais pelo que vimos aqui no relatório e quero também cumprimentar no nome do Rafael e do Leandro, toda equipe técnica da Casa, responsável pela elaboração deste minucioso Parecer. Mas eu serei breve, para não cansar os ouvidos, dizendo que do relatório a observância absolutamente rigorosa aos limites constitucionais, e gostaríamos muito Doutor Tostes, que cumprindo os limites constitucionais, nós tivéssemos a sensação daquela saciedade de termos conseguido atingir os nossos objetivos, especialmente no que se refere na saúde e na educação e lamentavelmente nós todos e sei que Vossa Excelência também tem, este sentimento de que apesar de termos observado os limites constitucionais até um pouco acima, muita coisa que desejaríamos fazer ficou por fazer, por absoluta falta de recursos em razão das ilimitadas necessidades de uma população de um Estado grandioso e portentoso como esse Estado do Pará.

Talvez possa dizer sem me arriscar, que é o Estado que tem o maior potencial na federação brasileira de desenvolvimento, para trazer o bem estar para a saúde, para a educação, enfim, para o bem estar do seu povo. E falou-se aqui, Vossa Excelência falou com propriedade como sempre, a respeito dos repasses constitucionais. Todo mundo sabe que o Brasil e os municípios vivem de pires na mão e os estados também, só 4 municípios como Vossa Excelência bem disse, que as suas receitas ultrapassam aquelas dotações que deverão vir do Governo Federal e nós temos um Estado fartamente exportador e acontece isso aqui, o Pará ainda é um Estado fartamente exportador, não conseguimos internalizar e verticalizar nossas produções, colaboramos decisivamente na pauta de exportação do nosso país, e ainda assim, vivemos no estado permanente de lamúria, que já vem há muito tempo, porque quando falamos aqui, o Conselheiro Cipriano inclusive na Presidência, fez um trabalho assessorado pelos técnicos desta Casa, da famosa Lei Kandir que todos nós de um certo modo temos que bater a mão no peito e com a minha máxima culpa, porque nós não conseguimos influenciar as autoridades federais juntamente com alguns outros estados que também padecem do mesmo mal, e nós temos permanentemente, talvez por falta de força nas vozes que ecoam no Planalto a nosso favor, que o Pará deixe de ser penalizado, no sentido de exportar e não conseguir traduzir em melhoria da condição de vida do seu povo, porque está claro nesse relatório, a despeito e festejamos aqui sinceramente, alegremente o desempenho no sentido do aumento da arrecadação como nessas últimas duas providências que Vossa Excelência fala aqui, mas temos que constatar na infraestrutura, seja no saneamento, seja no transporte, seja na segurança, os nossos investimentos estão muito aquém do desejável por quê? Porque nos furtam as receitas e nó temos que mais do que nunca, pensar o Pará não dividido, mas unindo as suas forças para que injustiças como essa não possam perdurar ao longo do tempo, ao ponto que chegou aqui o Presidente do TCU e exatamente para alertar o Presidente que fosse eleito, em uma reunião promovida pelo Conselheiro Cipriano, Conselheiro Luis, Ministro do Presidente do TCU para informar à Presidência da República, se é que ela não sabia, independente do resultado da eleição, os gargalos da sociedade brasileira, dos investimentos brasileiros.

Então quero dizer que com tudo isso, nós festejamos Doutor Tostes, o aprimoramento da máquina arrecadadora no sentido de potencializar cada vez mais as aplicações nos recursos no que possa resultar isso, porque de tudo que falamos aqui, se não resultar isso em uma melhora de vida para a nossa população, os nossos esforços terão sido em vão. Eu queria Presidente Cipriano, pelo costume Conselheiro Cipriano, cumprimentar Vossa Excelência pelo trabalho e pela condução, cumprimentar Vossa Excelência, Governo do Estado, Presidente, os poderes todos que respeitaram os limites constitucionais e deixar esta fala aqui, que eu acho que é a fala de qualquer cidadão do Estado do Pará, e felizmente reconhecemos um trabalho técnico, mas que ainda assim, como seria melhor se nós tivéssemos a Federação nos ajudando, instrumentos como Vossa Excelência vai para o BID, que possa se associar a nós por quê?

Porque na medida que não há recursos disponíveis, o Estado pode entrar com as contrapartidas necessárias para que esses recursos possam vir, e nós temos então que lutar todos juntos, para que medidas como essa possam ser adotadas, que

efetivamente transformem para melhor a realidade de um povo sofrido como é o povo paraense de um Estado rico, mas que infelizmente, os seus cidadãos não têm na plenitude usufruído o nível de vida que podem e merecem usufruir, pela potencialidade do Estado em se desenvolver. Quero me associar e dizer a Vossa Excelência, Conselheiro Cipriano que acompanho na íntegra a sua manifestação.

Belém, 25 de maio de 2015.

Consº. Nelson Luiz Teixeira Chaves

**ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº. 18.711
VOTAÇÃO**

Voto da Excelentíssima Senhora Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira:

Muito obrigada Senhor Presidente, Doutor Luis Cunha, bom dia a Vossa Excelência, bom dia as Conselheiros Nelson Chaves, Cipriano Sabino, Conselheiro Odilon Teixeira, meu bom dia especial ao Doutor José Tostes, que neste ato tão importante, o mais importante momento, a mais importante reunião desta Corte de Contas, Vossa Excelência representa aqui o Governador do Estado, Doutor Simão Robson de Oliveira Jatene e em seu nome, cumprimento a todos os Secretários e Secretárias aqui presentes, aos servidores do Executivo Estadual.

Cumprimento Sua Excelência o Doutor Antônio Maria Cavalcante que representa o nosso Ministério Público, é o Procurador-Geral e se faz acompanhar nessa Sessão da Doutora Silaine, pelo Doutor Guilherme, Doutor Stephenson, cumprimento nossos auditores que são Conselheiros-Substitutos, Doutor Julival, Doutora Milene. Cumprimento aos jurisdicionados presentes, aos servidores e servidoras desta Casa, e quero cumprimentar na pessoa dos dois servidores que trabalharam e expuseram aqui em nome de todos os servidores aqui presentes, o Doutor Leandro Lima e o Doutor Rafael em uma síntese demonstrando toda a análise deste trabalho ao longo de 1 ano.

Gostaria de fazer minhas as palavras do Doutor Antônio Maria, do nosso Presidente e principalmente as palavras do Conselheiro Nelson Chaves, no que diz respeito ao trabalho do Secretário José Tostes e do que representa também todo o trabalho do Governador do Estado na área de financeira e deste relatório que foi apresentado aqui hoje, por Sua Excelência o Doutor Cipriano Sabino.

Mas eu me associo na íntegra ao que foi proferido pelos três que me antecederam, principalmente Doutor Luis Cunha, Doutor Antônio Maria e o Conselheiro Nelson Chaves.

Quero que Vossas Excelências me permitam fazer minhas as vossas manifestações aqui nesta manhã, porque realmente eu já tinha inclusive parte delas até comentado com o nosso Secretário, com relação à sua saída e o comentário que os três que me antecederam no que se refere a todo este trabalho que foi apresentado ao Conselheiro Cipriano Sabino, que eu me congratulo, digo que novamente esta Corte de Contas cumpre sua missão constitucional, consubstanciada no artigo 116, inciso I da nossa Constituição do Estado.

E Vossa Excelência antes mesmo do prazo albergado pelo artigo 95 do nosso Regimento Interno desta Corte de Contas, apresenta tanto para nós Conselheiros, que pudéssemos fazer esta análise prévia, mas nesta manhã, antes mesmo do prazo, nós temos a oportunidade de apreciar, votar e encaminhar para o poder legislativo.

É o seu desempenho, Conselheiro Cipriano com toda essa equipe de apreciação destas contas do Governo relativo ao exercício de 2014, Governo de Sua Excelência, o Doutor Simão Jatene, é um reflexo do trabalho também desta equipe, porque foi aqui sintetizado pelo Secretário, a competência e eu acredito que a escolha de Vossa Excelência, do Secretário de Estado de Fazenda, certamente o olhar de um técnico que realmente vem demonstrando à nação e porque não dizer até internacionalmente a sua competência de trabalhar com dignidade, trabalhar acima de tudo, olhando os horizontes e com prudência, que hoje nos permite a não ter dificuldade com certeza, nosso Conselheiro Relator na apreciação das Contas de Governo.

Não é a primeira vez que Vossa Excelência figura como Relator das contas, vem ratificando a sua dedicação, empenho, a missão constitucional que lhe foi outorgada, e o relevante e indispensável nosso parceiro, Douto Ministério Público, mas que com certeza Vossas Excelências não tiveram dificuldade por conta do trabalho profícuo que vem acontecendo como prevenção para que nós pudéssemos neste momento, como disse o Conselheiro Nelson festejar, mas não podemos festejar, porém, totalmente, em razão de tudo que foi exposto, das dificuldades, porém, sabemos que, fazendo o cotejo da apreciação das Contas de Governo a gente sabe que, o que foi aqui demonstrado nesta manhã, transmite também para todos nós esse cuidado.

E gostaríamos de reiterar aqui o que os que se manifestaram anteriormente a nós, parabenizá-los pela prudência da condição de olhar o equilíbrio que o nosso Estado apresenta e a gente pode observar o que foi demonstrado aqui, com certeza como disse o Conselheiro Nelson, as dificuldades que outros estados terão em não ter essa visão, essa sensibilidade, essa prudência que Vossa Excelência teve.

Desejamos que o Governador do Estado na sua, na escolha da